

Porém, mesmo com a superioridade do paradigma da instabilidade e paradigma da dinâmica contraditória, esses necessitam de alguma atualização para conseguir explicar a dinâmica financeira das atuais economias capitalistas. Diferentemente da afirmação dos economistas do mainstream, o sistema capitalista de mercado necessita de rédeas e amarras para funcionar a contento. O período dos Trinta Anos Gloriosos, que representou e apresentou o período de mais elevada taxa de crescimento no capitalismo, somente foi possível e viabilizado pelas regras e amarras no mercado realizadas pela intervenção do Estado.

Em economia, diferentemente do que apregoa a ortodoxia, nenhuma teoria é definitiva. A mudança sistêmica exige a elaboração de novas concepções de políticas públicas. Mas como frequentemente ocorreu no passado, o economista e o tomador de decisões públicas estão hoje atrasados em relação à realidade econômica e financeira.

A crise atual do capitalismo coloca a marcha indiscriminada do liberalismo de mercado em xeque. No período posterior a queda do comunismo comandado pela União Soviética, assistimos aos Estados Unidos da América refazer a economia mundial à sua própria imagem e semelhança. Porém, os bastiões desse novo liberalismo (México e Países Asiáticos, ou seja, os chamados países emergentes) e até, a Rússia e o Japão, estão mostrando as fraquezas e falhas próprias desse sistema.

No momento em que no mundo globalizado, não apenas o capital mas também as idéias viajam a velocidades alucinantes, a crise financeira em certas partes do mundo tem servido, "simplesmente, para sublinhar o fato de que a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização pela via do mercado em bens e capital, tem pouco ou nenhum respaldo teórico. Como ocorre com todas as ideologias, era fé desfilando como ciência" (Bello apud Rossi, 1998:10) ●

* Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN e Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

QUESTÃO NORDESTE CONSTRUÇÃO

SAMUEL COSTA FILHO*

O desenvolvimento econômico, uma das preocupações dos primeiros economistas clássicos somente voltou ao debate econômico após a Segunda Guerra Mundial em meio a chamada Guerra Fria entre o Leste e Oeste.

A supremacia Keynesiana ao enfraquecer a ideologia liberal produziu a descrença nos mecanismos de mercado para resolução do problema do subdesenvolvimento e das regiões atrasadas.

Nos anos 50 surgiu na América Latina a Teoria Econômica da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), com uma abordagem alternativa para explicar o atraso dos países desse continente. A CEPAL propôs, ainda, formas de superá-lo. Opondo-se ao liberalismo neoclássico, Raul Prebisch e teóricos da CEPAL construíram uma interpretação original de desenvolvimento para os países latino americanos.

O pensamento Cepalino colocava que, se as economias ditas periféricas continuassem presas ao livre jogo das forças de mercado nunca deixariam de ser subdesenvolvidas, agrárias, voltadas para o mercado externo, e com crescentes problemas de balanço de pagamentos.

Para sair da situação de atraso e subdesenvolvimento, a CEPAL defendeu que os países latino americanos teriam que implementar uma política deliberada de desenvolvimento industrial, promover uma reforma agrária, melhorar a alocação de recursos produtivos e impedir a evasão da produtividade. Tratava-se de promover uma industrialização voltada para o mercado interno.

O Brasil, que a partir dos anos 30 instalou as bases de uma economia urbano-industrial, chegou no fim dos anos 60 com sua economia comandada pelo setor industrial. As idéias Cepalinas influenciaram diretamente esse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande pelo desempenho favorável da economia. No curto espaço de tempo - 1930/1980 - o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café), para constituição de um parque industrial que chegou a ser o oitavo ou nono do planeta. (Tudo em benefício de uma fração reduzida de sua população).

A atuação do Estado estimulando o desenvolvimento industrial também se fez presente na Região Nordeste.

Entre o período de 1960/1980, o efeito e ação do Estado com suas políticas públicas e incentivos fiscais, ajudou a integrar a região Nordeste na dinâmica e lógica da economia nacional.

Como bem salientou Araújo (1997:454): "No global, nas décadas dos 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. Vários estudos recentes confirmam esse comportamento. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento médio em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano)".

Ocorre que todo esse crescimento e integração econômica não homogeneizou a estrutura produtiva da região Nordeste e das demais regiões do Brasil. Hoje em dia são claras as falhas e deficiências na execução e implementação da política de desenvolvimento.

As mudanças no cenário internacional, a globalização e a ideologia liberal que está atualmente impregnando a política econômica do governo tenta convencer a todos que estamos frente a um novo padrão de crescimento econômico no Brasil. Segundo esta ideologia ora em voga, essa nova fase do capitalismo prescinde das ideologias (capitalismo X socialismo/comunismo), e não necessita da participação ativa do Estado nas atividades econômicas.

Desde o início da crise da dívida externa nos anos 80 que o Estado Brasileiro não formulou, executou e/ou implementou qualquer política de desenvolvimento. Hoje a "onda neoliberal", o processo de globalização e a formação de uma nova ordem internacional tem mantido e recolocado a solução de mercado como o melhor caminho a ser seguido pela economia brasileira.

A política econômica atualmente é declaradamente favorável às iniciativas e operações de empreendimentos privados nacionais e, principalmente, estrangeiros considerados essenciais ao nosso desenvolvimento. Assim, assiste-se a uma abertura comercial e integração produtiva comandada essencialmente pelo mercado internacional.

- A ATUALIDADE DA IDÉIA DE DE UM NOVO NORDESTE

O projeto nacional em execução está reformando e modernizando o setor público pela via da privatização e desregulamentação. É forte a pregação e defesa do "Estado Neutro". Quem se opõe a este estado de coisa é acusado de está contra a modernização e a favor do atraso. São os chamados dinossauros.

Na ausência de uma política de desenvolvimento, a maioria dos Estados e até Municípios partiram para a chamada "Guerra Fiscal". Frente a complexidade da nova ordem internacional esse instrumento de luta entre Estados e Municípios é de efeito reduzido, sendo necessário a implementação de um conjunto amplo e variado de políticas para promover o desenvolvimento.

O presente artigo se insere na defesa do resgate das políticas de longo prazo e na necessidade de se criar "um novo estilo de desenvolvimento para o Brasil". No bojo desse projeto de desenvolvimento devemos priorizar e recolocar as questões que digam respeito a maioria dos brasileiros. Certamente dentre elas deveremos incluir o problema das disparidades sociais e regionais, a questão agrária, saúde pública, educação, violência urbana, etc. Fundamentalmente, esse modelo de desenvolvimento diverge das soluções liberais para solucionar os problemas estruturais e as mazelas enfrentadas pela nossa sociedade. No que diz respeito ao Nordeste, defende

a formulação de "uma nova política de desenvolvimento" visando modificar a estrutura da região na direção da homogeneização social. ("O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais" (Furtado, 1992:38)).

Parafraseando Celso Furtado (1992:3): "*Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da platéia quando não o desprezo de seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevistas que requerem a pureza de alma de um Dom*

Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a história ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar".

Embora considerando positiva a iniciativa do BNB (Banco do Nordeste do Brasil S/A), no exercício da sua função de agência de desenvolvimento, de estimular e promover a criação de idéias inovadoras para desenvolver cada Estado da região, nos nós colocamos a favor de, como diz a própria introdução do regulamento do BNB, de "*sugestões abrangentes de programas e projetos de interesse da sociedade nordestina*", ou seja, mais especificamente pretender trabalhar e restaurar o "espírito" e a "idéia de unidade regional" para a implantação de uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste. Além do que, esses projetos a nível dos setores, indústrias, Estados, etc. devem ser implementados no quadro mais amplo e geral de uma nova política de desenvolvimento regional.

Tendo em vista o objetivo anteriormente citado, afirmamos que embora frente ao "novo cenário internacional" e a "globalização", continuam atuais "velhas idéias" na construção de um Novo Nordeste. Dentre elas podemos citar:

1 - que a luta pela formulação e implementação de uma política de desenvolvimento regional (tanto no aspecto intelectual como na prática) continua atual e necessária apesar das mudanças que estão ocorrendo atualmente no mundo;

2 - que a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento não perde sua importância e funcionalidade apesar da crítica e dos avanços neoliberais. Embora, devamos reconhecer que sua funcionalidade se modifica e torna-se necessário a sua regeneração (Para que o mesmo deixe de ser reféns das elites e sirva as classes médias e as populações excluídas);

3 - com isso, se faz necessário refazer e reformular o Estado brasileiro, visando dotá-lo de condições para execução de suas funções públicas;

4 - continua válida a descrença quanto aos mecanismos de mercado baseados no

individualismo, automatismo, não intervenção, racionalidade e utilitarismo, para transformar as estruturas arcaicas do quadro regional;

5 - que a reforma do Estado para atingir e ter eficácia e eficiência deve, acima de tudo, estar assentada em maior justiça social e representatividade democrática; elementos contrários a linha neoliberal que busca eficiência relegando o social ao segundo plano;

6 - que as idéias de alguns economistas, como Kalecki, Schumpeter, Furtado sejam referenciais sumamente importante para nos orientar na busca de nosso desenvolvimento;

7 - devemos reivindicar políticas seletivas e global de desenvolvimento para o Brasil e o Nordeste brasileiro que transformem a atual realidade nacional.

Assim, "velhas idéias" ainda continuam referenciais sumamente atual e importante para orientar uma nova política de desenvolvimento. Todavia, muito do que pode ser realizado na região Nordeste depende de vontade política. Caso a sociedade nordestina não demonstre vontade de modificar este quadro, as políticas liberais trabalharão para concentrar ainda mais a renda na região.

Para os que classificam de "velhas" as sugestões apresentadas, afirmo apenas que em economia e política, o comum é a malfada novidade, o velho travessado de "novo" (Batista Jr., 1998). Afinal o "neoliberalismo" e suas prescrições não passa de uma regressão ao século XIX. E a chamada globalização atual não se apresenta maior e mais intensa do que a ocorrida no início do presente século, ou seja, o capitalismo não vive uma situação de internacionalização do capital e abertura econômica maior de sua história.

Finalizando, acrescento que as práticas liberais e/ou neoliberais em matéria de política social, quando existem, não são originárias de sua fonte, fazem parte de idéias socialistas ou democratas que com o tempo e circunstância, são apropriadas pela ordem "liberal" ●